

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE.

REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 13/12/2017

Horário: 11:00 h

Local: Sala "A" Sérgio Vieira de Mello - 1º subsolo

Pauta: "Discussão e debates voltados ao balanço dos trabalhos realizados por esta Comissão neste ano de 2017"

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 14/12/2017

Horário: 19:00 h

Local: SALÃO NOBRE - 8º ANDAR

Pauta: "DIA DO NASCITURO" - PL. 134/2017

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DO IDOSO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ATA DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DO IDOSO E ASSISTÊNCIA SOCIAL– 1º SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete às 14:15 horas, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta edificação, realizou-se a Quarta AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão em epígrafe. Com a presença da vereadora Juliana Cardoso, e do intérprete de Libras sr. Pedro Gabriel, os trabalhos foram iniciados. A pauta desta Audiência será : " Debate ao PL 686/2017 – Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2018 e PL 687/2017 – Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 - Orçamento 2018". Convidados presentes : Edna Aparecida de Moraes , Coordenadora de Proteção Social do Idoso – SMADS; Cláudia da Rosa Lima – Coordenação de Proteção Social ao Idoso – SMADS, Hélio de Oliveira – Assessor da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais; Representando o Secretário Municipal de Direitos Humanos Filipe Sabará, a sra. Rosane Bertahud da Coordenação de Gestão SUAS; Clotilde Benedik , presidente do GCMI. O encontro foi um pedido do Grande Conselho Municipal do Idoso. O GCMI quer ser incluído de forma específica na peça orçamentária do ano que vem. De acordo com a presidente do órgão, Clotilde Benedik de Sousa, atualmente parte das despesas é coberta com recursos da Prefeitura, mas a verba não é suficiente. Ela calcula que um valor aproximado de R\$ 500 mil já resolveria o problema. "Nossa intenção é que o Conselho tenha Orçamento próprio, com várias rubricas incluídas no PPA. O nosso pedido é para as nossas despesas. Porque não temos nada. Hoje o conselheiro deixa de sair para uma fiscalização, por exemplo, por falta de almoço e até de lanche. Também não temos verba para transporte. Então o conselheiro tem de se locomover com recursos próprios. Isso dificulta o trabalho até nas pequenas coisas. O nosso papel é muito extenso: fiscalizamos, compomos políticas e atendemos a demanda dos idosos. É claro que o que existe hoje é melhor do que o que existia dez anos atrás. Mas o valor repassado pela Secretaria de Direitos Humanos ainda não é suficiente, e o Fundo Municipal do Idoso não pode ser usado para nossas despesas administrativas. A vereadora Juliana Cardoso com a palavra informa que a demanda já foi atendida pela Comissão, e deve ser incorporada a tempo no Orçamento, antes da votação final. A gente só precisa compilar as informações para ver o que já está previsto no Orçamento em cada secretaria. No caso do Conselho do Idoso, os recursos estão destinados à pasta de Direitos Humanos. Temos de identificar isso, porque está lá de forma genérica. A nossa Comissão vai detalhar essa verba e organizá-la dentro do Orçamento, de forma mais clara e transparente. Durante a Audiência Pública, a maioria da população presente enfatizou a necessidade de mais recursos para as políticas públicas direcionadas aos idosos na cidade. Olhar mais focado na saúde. Temos de fiscalizar esse abandono e essa falta de respeito, disse Tatiane Andrade coordenadora do Idoso, Sandra Gomes, foi representada pela assessora técnica Tatiane Andrade. Ela afirmou que a pasta dispõe de recursos próprios, que já estão previstos no Orçamento. De acordo com a funcionária da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, todos os programas e projetos previstos pela Coordenação para o ano que vem serão mantidos. "Temos a Universidade Aberta à Pessoa Idosa, uma das metas do prefeito Doria, que vai atingir 3,5 mil idosos até 2020. E temos projetos como a Conferência Municipal e o combate à violência contra o idoso, além de uma grande campanha em outubro, que é o mês do idoso, entre outras ações importantes". A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) representada pela coordenadora de gestão Rosane da Silva Bertahud com a palavra, comenta que a pasta concentra a maioria dos serviços voltados aos idosos. Apesar dos questionamentos sobre o Orçamento, ela reiterou que a intenção é ampliar os equipamentos existentes na cidade nos próximos anos. "A gente tem 97 núcleos de convivência, que atendem cerca de 12 mil idosos. Na verdade, são nove mil na convivência e cinco mil atendidos em domicílio. Trabalhamos ainda com uma previsão de ampliação nos próximos anos. Contamos com os centros que atendem durante o dia e os postos 24 horas. A nossa meta é de quase dobrar esse número, apesar do alto custo. Para se ter uma ideia das despesas, segundo Rosane, a média de gastos da Assistência Social com uma criança, por exemplo, é de aproximadamente R\$ 300. Já no caso do atendimento ao idoso, essa cifra sobre para R\$ 3 mil. A receita total do Orçamento fiscal de São Paulo, está estimada em cerca de R\$ 56 bilhões. Os vereadores têm até o fim do ano para analisar e votar a proposta, que abrange o futuro das políticas públicas da cidade. Do total destinado ao Poder Executivo, via administração direta, R\$ 35 mil vão para o Fundo Municipal do Idoso. Para 2017, estavam previstos R\$ 2 mil, o que representa um aumento de 1.650%. Por Lei, o Fundo pode ser mantido e complementado por meio de doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. O objetivo é garantir recursos para projetos e programas dirigidos à terceira idade no município. É aberta a palavra ao público presente. Nada mais havendo a ser deliberado a vereadora encerrou os trabalhos. Eu, Helena Grotkowsky, redigi esta ata que vai assinada pelos membros presentes e por mim subscreita.

SECRETARIA DA CÂMARA

MESA DA CÂMARA

ATO Nº 1393/17

Cria Grupo de Trabalho para análise acerca das adaptações necessárias na estrutura física e de pessoal da Casa, destinadas à inclusão das pessoas com deficiência (LIBRAS, estenotipia e audiodescrição), e dá outras providências. Considerando a necessidade de estudar as várias situações que envolvem as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência; Considerando a complexidade que envolve as várias situações de deficiência – cegueira, surdez, mudez, isoladas, ou em conjunto; Considerando que a inclusão das pessoas com deficiência envolve, não só o intérprete de LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais, por meio da linguagem de sinais visuais, como também, a disponibilização da legenda digital (estenotipia) e da audiodescrição (para deficientes visuais e cegos); A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Criar um Grupo de Trabalho para estudo acerca das adaptações na estrutura física e de pessoal da Casa necessárias à inclusão das pessoas com deficiência (intérpretes de LIBRAS, estenotipia e audiodescrição), avaliando a forma de admissão do pessoal necessário para tal finalidade, por exemplo, com eventual realização de concurso público ou contratação de empresa para fornecimento de mão de obra.

Art. 2º - O Grupo será integrado pelos servidores: Celso Gabriel – RF. 10.943 (SGA.1); José Mauro da Silva – RF. 10.892 (SGA.1); Gabriel da Silva Feitosa Vilar – RF. 11.487 (SGA.1); Josivaldo Pereira e Silva – RF. 11.042 (SGA.2); Eron Almeida Santana – RF. 11.076 (CCI); André Marcon – RF. 11.264 (SGP.1) e, Lílian Vargas Pereira Poças – RF. 11.384 (Procuradoria).

Art. 3º - O Grupo de Trabalho tem prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de relatório preliminar.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. São Paulo, 11 de dezembro de 2017.

SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA
PORTARIA 44257/17
DESIGNANDO PAULO ILDEFONSO HERCULANO HELENE DE PAULA, Técnico Administrativo, referência QPL-18, registro 10899, para substituir RAUL JULIO, Técnico Administrativo, referência QPL-7, registro 11186, na função de Supervisor da Equipe de Eventos – CCI.1, referência FG-2, enquanto durar seu impedimento, por férias de 15 (quinze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

PORTARIA 44258/17
DESIGNANDO WALLACE RODRIGUES DE SANTANA, Consultor Técnico Legislativo - Informática, referência QPL-16, registro 11345, para substituir MARCELO SUCCI DE JESUS FERREIRA, Consultor Técnico Legislativo - Informática, referência QPL-17, registro 11167, na função de Supervisor da Equipe de Administração de Rede – CTI.1, referência FG-2, enquanto durar seu impedimento, por férias de 20 (vinte) dias, a partir de 22 de janeiro de 2018.

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
Jose de Sousa Batista – RF 11092 – Proc. 1243/98 À vista das informações prestadas pela Secretaria de Recursos Humanos, INDEFIRO o pedido de concessão de adicional por tempo de serviço referente ao 5º quinquênio, formulado por José de Sousa Batista, RF 11092, às fls. 14/15, por falta de amparo legal.

PROCURADORIA DA CÂMARA
Em cumprimento ao Ato nº 592/97, com as alterações do Ato nº 839/04, A PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, comunica: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0019255-27.2012.8.26.0000.

O E. Tribunal de Justiça de São Paulo, através do C. Órgão Especial, em sede de reexame do artigo 1.040, II, do Código de Processo Civil, por maioria de votos, julgou procedente em parte a ação, declarando a constitucionalidade do artigo 2º da Resolução nº 06/2011, da Câmara Municipal de São Paulo – que previu o pagamento de 13º subsídio aos Srs. Vereadores para a 16ª Legislatura (2013/2016), com expressa revogação da liminar nesse sentido, e mantendo a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 3º, 4º e 5º da mesma Resolução, os quais são objeto de Recurso Extraordinário ainda a ser apreciado pelo E. Supremo Tribunal Federal.

E esclarece-se que tal julgamento foi realizado no dia 29 (vinte e nove) de novembro p.p., sendo certo que não houve o trânsito em julgado.

SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP-2

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 15 HORAS.
I - PARTE - EXPEDIENTE
PEQUENO EXPEDIENTE:
1º ORADOR: VEREADOR RICARDO NUNES (PMDB)
GRANDE EXPEDIENTE:
1º ORADOR: VEREADOR EDUARDO MATARAZZO SUPUCY (PT)
II - PARTE - ORDEM DO DIA
Ficam mantidos os itens da Pauta da 75ª Sessão Ordinária publicada no D.O.C. de 06 de dezembro de 2017, e disponível no Portal da Câmara Municipal de São Paulo (www.camara.sp.gov.br), conforme § 6º do art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública).

94ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, LOGO APÓS A ORDINÁRIA.

ORDEM DO DIA:
1 - PL 716/2017, DO EXECUTIVO
Atualiza os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno previstos na lei nº 10.235,de 16 de dezembro de 1986.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
2 - PL 206/2016, DO EXECUTIVO
Revoga a Lei nº 6.974, de 7 de dezembro de 1966, que aprovou traçado de faixa de terreno entre as ruas Paulo Avelar e Manageru, em Vila Guilherme
FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
3 - PL 687/2017, DO EXECUTIVO

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO Nº 1 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
95ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, APÓS A 94ª EXTRAORDINÁRIA.

ORDEM DO DIA:
Serão mantidos os itens remanescentes da Sessão Extraordinária anterior.

96ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, APÓS A 95ª EXTRAORDINÁRIA.
ORDEM DO DIA:
1 - PL 716/2017, DO EXECUTIVO
Atualiza os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno previstos na lei nº 10.235,de 16 de dezembro de 1986.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
2 - PL 206/2016, DO EXECUTIVO
Revoga a Lei nº 6.974, de 7 de dezembro de 1966, que aprovou traçado de faixa de terreno entre as ruas Paulo Avelar e Manageru, em Vila Guilherme
FASE DA DISCUSSÃO: 1ª

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
3 - PL 687/2017, DO EXECUTIVO
Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO Nº 1 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO 4 - PL 274/2017, da Vereadora ADRIANA RAMALHO (PSDB) Dispõe sobre a disponibilização dos locais de descanso para os profissionais de enfermagem nos equipamentos de saúde no município de São Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA
5 - PL 212/2015, do Vereador ALESSANDRO GUEDES (PT) Dispõe sobre a livre escolha do direito da Gestante em agendar o parto na Unidade Hospitalar e dá outras providências.
FASE: 2ª (ENCERRADA A DISCUSSÃO)
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
HÁ SUBSTITUTIVO DO AUTOR
6 - PL 41/2017, dos Vereadores ALESSANDRO GUEDES (PT), RINALDI DIGILIO (PRB), ALFREDINHO (PT) e GILBERTO NASCIMENTO (PSC)

Dispõe sobe a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio conhecido como narguilé aos menores de dezoito anos de idade, e dá outras providências.

FASE: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA (ENCERRADA A DISCUSSÃO)

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

HÁ SUBSTITUTIVO DO AUTOR
7 - PL 547/2014, dos Vereadores ALFREDINHO (PT), JOSÉ POLICE NETO (PSD)

Cria o "Programa Leitura nos Ônibus" no sistema municipal de transporte público da Cidade de São Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
8 - PL 311/2016, dos Vereadores ALFREDINHO (PT) E MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Cria o Programa Municipal de Incentivo às Comunidades de Samba na Cidade de São Paulo e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DAS COMISSÕES REUNIDAS

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
9 - PL 445/2017, da Vereadora ALINE CARDOSO (PSDB) Dispõe sobre a criação do polo de ecoturismo da Cantareira e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

10 - PL 477/2017, da Vereadora ALINE CARDOSO (PSDB) Dispõe sobre o programa de fomento ao desenvolvimento de atividade econômica em bens tombados e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

11 - PL 423/2017, do Vereador ANDRÉ SANTOS (PRB) Dispõe sobre a publicidade das vistorias periódicas das obras de arte de infraestrutura viária na cidade de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

12 - PL 628/2017, do Vereador ANDRÉ SANTOS (PRB) Dispõe sobre a instituição do programa de educação financeira infantil no âmbito da rede municipal de ensino de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

13 - PL 635/2017, do Vereador ANDRÉ SANTOS (PRB)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de conta fracionada em estabelecimentos comerciais que forneçam refeições para consumo no local no município de são pulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

14 - PL 528/2016, do Vereador ANTONIO DONATO (PT) Institui os "JOMI-Jogos Municipais da Pessoa Idosa" a serem realizados, anualmente, no 1º semestre de cada ano.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

15 - PL 516/2016, dos Vereadores ARSELINO TATTO (PT), RODRIGO GOULART(PSD)

Institui e estabelece diretrizes para a implantação do Hospital Veterinário Público Capela do Socorro.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA
16 - PL 286/2017, do Vereador ATILIO FRANCISCO (PRB) Dispõe sobre obrigatoriedade da emissão de Nota Fiscal de Serviços pelas instituições financeiras relativa aos serviços prestados nas agências bancárias localizadas no município de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
17 - PL 176/2006, do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB) Dispõe sobre a criação do Programa " Farmácia Solidária", que se constitui na coleta e distribuição gratuita de medicamento a pessoas carentes.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

18 - PL 382/2013, do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB) Estabelece Diretrizes para o "Programa de Terapia Floral", Prática Complementar ao Bem-Estar e a Saúde, no âmbito do município de São Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.
19 - PL 167/2014, do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB) Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor das Estações de Transbordo de Resíduos Sólidos Domiciliares da Cidade de São Paulo e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

20 - PL 354/2014, dos Vereadores AURÉLIO NOMURA (PSDB) E RICARDO NUNES (PMDB)

Estabelece diretrizes da política municipal de apoio ao Cooperativismo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

21 - PL 404/2016, do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB) Dispõe sobre as normas de segurança e de manutenção em brinquedos de parques infantis localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

22 - PL 130/2017, do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB) Estabelece parâmetros para a implantação de jiraus em edificações.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

23 - PL 320/2017, dos Vereadores CAIO MIRANDA CARNEIRO (PSB), EDUARDO TUMA (PSDB), REGINALDO TRÍPOLI (PV) E OUTROS SRS. VEREADORES

Adota a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de Políticas Públicas em âmbito municipal, institui o programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

24 - PL 323/2017, do Vereador CAIO MIRANDA CARNEIRO (PSB)

Dispõe sobre apoio ao desenvolvimento do desporto universitário, no âmbito do município de São Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

25 - PL 368/2017, do Vereador CAIO MIRANDA CARNEIRO (PSB)

Dispõe sobre logística reversa de resíduos eletroeletrônicos. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

26 - PL 577/2017, do Vereador CAIO MIRANDA CARNEIRO (PSB)

Autoriza a instalação de juntas de solução de conflitos ("dispute boards"), em contratos de construção celebrados pela prefeitura de São Paulo e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

27 - PL 779/2017, do Vereador CAIO MIRANDA CARNEIRO (PSB)

Denomina centro de esportes radicais José Wilton Oliveira "DRAC", o equipamento público que especifica localizado no distrito do bom retiro, e dá outras providências.(localizado à avenida presidente castelo branco, nº 5.700, prefeitura regional sé).

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

28 - PL 53/2017, do Vereador CAMILO CRISTÓFARO (PSB)

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos condomínios residenciais, no âmbito do Município de São Paulo, a dispor de cadeiras de rodas e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

29 - PL 163/2017, do Vereador CAMILO CRISTÓFARO (PSB) Altera a lei 15.199, de 18 de junho de 2010, que dispõe sobre a afixação obrigatória, nos locais e nas condições que estabelece, da lista de medicamentos disponíveis na rede pública municipal de saúde, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

30 - PL 785/2017, do Vereador CAMILO CRISTÓFARO (PSB)

Altera a lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, a lei nº 15.244, de 26 de julho de 2010 e estabelecem mecanismos de denúncia sobre o descarte irregular de resíduos e respectivas sanções no município de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

31 - PL 520/2001, do Vereador CELSO JATENE (PR)

Dispõe sobre o estabelecimento de convênio entre empresas privadas e as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. (Uniformes escolares com a logomarca da empresa doadora.)

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

32 - PL 627/2002, do Vereador CELSO JATENE (PR)

Dispõe sobre a implantação de sinalização de advertência e de orientação em áreas hospitalares, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

33 - PL 337/2005, do Vereador CELSO JATENE (PR)

Dispõe sobre a concessão de auto de licença de funcionamento as clínicas de Terapias Naturais e Terapias Orientais.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

34 - PL 60/2017, do Vereador CELSO JATENE (PR)

Altera a lei nº 15.422, de 09 de setembro de 2011, para o fim de tornar obrigatória a instalação de piso tátil nos passeios públicos para ampliar a acessibilidade e prover segurança, orientação e mobilidade a todas as pessoas, principalmente

àqueles com deficiência visual ou surdo-cegueira, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DAS COMISSÕES REUNIDAS

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

35 - PL 237/2017, do Vereador CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)